

1 **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**
2 **CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO DO PARANÁ – CEDI/PR**
3 **25 DE FEVEREIRO DE 2015**

4 Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, às
5 8h30min em primeira convocação, no auditório da Secretaria de Estado do
6 Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDS, no 7º andar do Palácio das
7 Araucárias, à Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n, no Centro Cívico da
8 cidade de Curitiba, Estado do Paraná, fizeram-se presentes os Conselheiros
9 integrantes do **Conselho Estadual dos Direitos do Idoso do Paraná –**
10 **CEDI/PR**, mediante convocação prévia. Para a primeira Assembleia
11 Ordinária do ano de 2015, nesse primeiro momento contou-se com a
12 presença dos **Conselheiros Cidete Maria Casaril (Suplente da Secretaria**
13 **de Estado da Saúde), Dulce Darolt (Suplente Secretaria de Estado da**
14 **Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU), Gilson Fernando Gomy**
15 **de Ribeiro – Assoc. Nacional de Gerontologia do Paraná – ANG/PR),**
16 **Bernadete Dal Molin Schenatto – (Secretaria de Estado da Educação –**
17 **SEED), Tomiko Kiyoku Falleiros (Sind. dos Trab. em Educação Pública**
18 **do Paraná – APP), Marli V. Mussulini (Secretaria de Estado do Trabalho,**
19 **Emprego e Economia Solidária- SETS), Diones Monteiro (Suplente –**
20 **Centro de Excelência à Atenção Geriátrica e Gerontológica – CEGEN),**
21 **José Araújo da Silva (Ação Social do Paraná), Leandro Nunes Meller**
22 **(Sec. de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDS), Dra.**
23 **Daniele M. Vieira (Núcleo Jurídico da SEDS) e Thiago Soares**
24 **(Secretário Executivo do CEDI /PR). De forma entusiasta, a Presidente**
25 **Bernadete Dal Molin Schenatto (SEED) procedeu à abertura desse evento,**
26 **saudando a todos os presentes, nessa que seria a última reunião da**
27 **presente gestão, uma caminhada profícua que ocorreu apoiada nos ombros**
28 **de cada um dos Conselheiros e apoiadores. Desde logo a Presidente**
29 **esclareceu que a Política para a pessoa idosa no Paraná já está**
30 **configurada. A consequente execução é a cobrança que deverá ocorrer, em**
31 **cima do desenho proposto no Plano Estadual, construído ao longo da vida**
32 **desse Conselho. Dessa forma, achou de direito patentear agradecimentos a**
33 **todos os Conselheiros que antecederam essa gestão, bem como às**
34 **Secretarias de Estado que consensuaram suas ações. Seguindo a**
35 **Conselheira Presidente formulou um convite ao **Assessor Técnico Leandro****
36 **Meller**, para que se pronunciasse. Numa breve definição foi esclarecido que
37 a Assessoria Técnica tem entre as suas atribuições, o efetivo apoio
38 direcionado a todos os Conselhos abrigados na SEDS. Nessa primeira
39 oportunidade, o advogado **Leandro Meller** desejou boas vindas ao
40 Colegiado, demonstrando a satisfação sentida pela chegada da Política da
41 Pessoa Idosa na SEDS. Aliado a isso, enalteceu o fato da **Sra. Secretária**
42 **do Trabalho e Desenvolvimento Social, Fernanda Richa**, ter já uma longa
43 caminhada nessa área, bem como a atual **Vice-Presidente do CEDI-PR,**
44 **Alzenir de Fátima B. Sizanoski Santos**, integra o corpo de técnicos dessa
45 Secretaria. Citou também que com a vinda desse Colegiado para a SEDS, já
46 se procedeu ao reordenamento visando dar o devido suporte ao Conselho
47 que se encontra em pleno processo eleitoral, com organização de
48 Conferência, bem como com o preparo do primeiro edital destinado aos
49 recursos do Fundo. No momento seguinte, o **Assessor técnico Leandro**
50 **Meller**, apresentou os componentes da equipe de apoio que trabalharão

53 com os Conselhos Estaduais aqui estabelecidos. O **advogado Thiago**
54 **Soares** será o Secretario Executivo do CEDI, incumbido das ações
55 anteriormente desenvolvidas por Márcia Buhner, na SEJU. A **Dra. Daniele M.**
56 **Vieira** representante do **Núcleo Jurídico da Administração** – (Procuradoria
57 Geral do Estado), cuja vida funcional envolve larga experiência junto a
58 Conselhos, questão legal no trato dos Regimentos, deliberações, tramitação
59 de processos entre outros. A **professora Regina Amasiles Rodrigues**
60 **Costa**, antiga servidora, que ao longo dos anos vem se responsabilizando
61 pela gravação das Assembleias dos Colegiados, de gravação e elaboração
62 das Atas, cuja redação será validada por todos os Conselheiros. **Maiara de**
63 **Almeida Abreu** é residente técnica do Núcleo Jurídico, **Rosely A.**
64 **Bittencourt** é também integrante da equipe técnica, **Jonathan Coelho**
65 **Zaninelli** presta apoio administrativo e a **advogada Cláudia Foltran** que até
66 dezembro respondia pela Coordenadoria da Socioeducação e hoje se
67 apropria das questões de responsabilidade da Assessoria Técnica, visando
68 uma atuação integral. **Leandro Nunes Meller** concluiu afirmando que esse
69 grupo estará inteiramente disponível para atender às demandas desse
70 Colegiado – Boas Vindas a todos e que o CEDI/PR possa sentir-se
71 pertencente a essa estrutura, caminhando rumo a grandes realizações. °
72 Registrada a chegada do **Conselheiro Suplente Elísio Eduardo Marques**,
73 representante da **Associação dos Policiais Militares Ativos, Inativos e**
74 **Pensionistas – AMAI** e **Osmar de Araujo Gomes**, Conselheiro Titular
75 representante do **Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado**
76 **do Paraná – SINDAFEP**. Considerando os aspectos mencionados, a
77 **Presidente Bernadete Dal Molin Schenatto** assumiu que faria uma
78 solicitação, a ser considerada procedente da Presidência do CEDI, para a
79 Presidência do CEAS/PR, uma vez que **Leandro Meller** encontra-se
80 atualmente nessa função. Muito mais importante do que o local, é
81 fundamental que se tenham ações integradas: ouve-se o clamor das
82 pessoas, principalmente no que se refere às atividades dos Centros Dias.
83 Observam-se as situações tristes com as quais se debate a população
84 idosa, abandono nos lares, inatividade, a falta de convívio social e
85 atividades físicas. É necessário que tudo isso seja aprimorado e a mudança
86 de local para a SEDS fará essa aproximação. Lamentou o fato de estar
87 impossibilitada de, novamente, integrar o CEDI/PR, portanto estendia os
88 seus agradecimentos a todos que fizeram suas contribuições. Respondeu o
89 **Assessor Técnico Leandro Meller (SEDS)** apontando que o Conselho
90 Estadual de Assistência Social – CEAS/PR, já tem compartilhado suas falas
91 com a Política da Criança. É certo que os Conselheiros, ao tomarem ciência
92 do Plano Estadual do Idoso, poderão verificar a interface existente com a
93 Política da Assistência Social. Dando suporte, a Conselheira **Presidente**
94 **Bernadete Dal Molin Schenatto (SEED)** saudou toda a equipe da
95 Secretaria Executiva, do Núcleo Jurídico, colocando em apreciação a
96 indicação do advogado **Thiago Soares** para desempenhar a função de
97 Secretário Executivo do CEDI/PR – **APROVADO**. Registrada a chegada da
98 **Conselheira Denise Xavier Messias**, representante da Secretaria de
99 Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI. **Auto-**
100 **apresentação dos Conselheiros presentes.** Denise Xavier Messias
101 (Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI),
102 Diones Monteiro – (Suplente CEGEN), Marli Vaz Mussulini (SETS), Carmem

105 Lúcia Carvalho (COHAPAR), Maria Adelaide Mazza Correia (Suplente –
106 Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná), Dr. Elísio
107 Eduardo Marques (Suplente AMAI), Osmar de Araujo Gomes (Sindicato dos
108 Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná – SINDAFEP), Thais
109 Gama da Silva (Suplente da SEED), Gilson Fernando Gomy de Ribeiro
110 (Assoc. Nac. De Gerontologia do Paraná – ANG/PR), José Araujo da Silva
111 (Ação Social do Paraná), Cidete Maria Casaril (Suplente – Secretaria de
112 Estado da Saúde), Dulce Darolt (Suplente – Secretaria de Estado da
113 Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU). Já na sequência, a
114 **Presidente Bernadete Dal Molin Schenatto** aproveitou um espaço para
115 deixar patente um sincero agradecimento dirigido à **Vice-Presidente Alzenir**
116 **de Fátima B. Sizamoski Santos**, apontando para a sua inteira
117 disponibilidade em compartilhar dos desafios, sendo uma grande
118 companheira nessa caminhada que nem sempre foi fácil. Registrada a
119 chegada da **Conselheira Solange de Cácia Chemin Rosemann** (Titular da
120 Secretaria de Estado da Cultura – SEEC). Atento às colocações, o
121 **Conselheiro José Araújo da Silva (Ação Social do Paraná)** considerou de
122 importância o tempo que esse Conselho abrigou-se na **SEJU**, onde sempre
123 recebeu cobertura de **Regina Bley, Dulce Darolt e da Secretária**
124 **Executiva Márcia Buhner**. Registrada a presença no plenário da médica
125 Dra. Adriana, geriatra da SESA. Informada a ausência de assuntos
126 específicos para análise das Comissões. **Apreciação da Ata – APROVADA,**
127 **após algumas alterações de texto sugeridas pelo Conselheiro Gilson**
128 **Fernando Gomy de Ribeiro. (linhas 49 e 128). Informes da Secretaria**
129 **Executiva – Thiago Soares**. Recebido o Ofício N° 367/2014, do Sr.
130 Promotor de Justiça Dr. André Luiz de Araújo (Faxinal), visando instruir o
131 Procedimento Administrativo n.º MPPR – 0050.14.000054-3, instaurado com
132 fins de acompanhar a criação do Conselho Municipal da Pessoa Idosa e da
133 implantação de políticas públicas voltadas à pessoa idosa, nos municípios
134 que compõe a Comarca. Recebido o Ofício N° 25/2014 da **ONG Espaço**
135 **Mulher**, assinado pela Secretária Geral **Maria Goretti David Lopes**,
136 comunicando a impossibilidade de manter a participação da representante
137 **Maria Cristina de Andrade**, solicitando que se convoque o Conselheiro
138 Suplente para o exercício do mandato até 18/03/2015. Uma vez que houve
139 renúncia da vaga, o CEDI/PR, através da **Presidente Bernadete Dal Molin**
140 **Schenatto**, expediu o ofício n° 120/2014 dirigido ao Gerente Geral do
141 Conselho Regional de Farmácia do Paraná, propondo que, como entidade
142 suplente, ocupe a vaga em aberto. Recebido o contrato de doação da parte
143 da **REDECARD S/A – BANCO ITAÚ** destinado ao Conselho Estadual dos
144 Direitos da Pessoa Idosa – CEDI/PR, no valor de R\$ 2.755.000,00 (dois
145 milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil reais), destinados a projetos
146 sociais selecionados, com a apresentação de relatório ao doador, a cada
147 cinco meses. Comunicou-se a nomeação dos Conselheiros **Solange de**
148 **Cácia Chemin Rosemann** (SEEC) e **Rubens Bendlin** (Conselho Regional
149 de Farmácia do Paraná), já formalizadas através de decreto governamental
150 n° 12.469/15. Nomeação da Presidência e da Vice Presidência do Conselho
151 Nacional. Dada publicidade ao Plano Estadual dos Direitos da Pessoa
152 Idosa, com seus oito eixos. Foi socializado pela Presidente do CEDI/PR,
153 **Conselheira Bernadete Dal Molin Schevatto**, que na primeira reunião
154 realizada com o Banco Itaú, a Comissão presente repassou a diversidade de

157 ações que o Conselho poderia executar, mediante a doação desses
158 recursos. Diante disso, a Diretoria daquela instituição financeira decidiu que
159 essa destinação seria definida pelo próprio Conselho. Já na sequência, a
160 **Conselheira Presidente** veio a ressaltar que no próximo dia 4 de março, no
161 período da tarde, será realizada a eleição das entidades habilitadas para a
162 composição do **Conselho Estadual dos Direitos do Idoso – CEDI/PR –**
163 **Biênio 2015/2017.** 1) **Federação das APAES do Estado do Paraná.** 2)
164 **Associação de Defesa dos Policiais Militares Ativos, Inativos e**
165 **Pensionistas – AMAI.** 3) **Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do**
166 **Estado do Paraná - SINDAFEP.** 4) **APP – Sindicato.** 5) **Pastoral da**
167 **Pessoa Idosa.** 6) **Ação Social do Paraná.** 7) **Federação dos Aposentados**
168 **e Pensionistas do Paraná.** 8) **Centro de Excelência e Atenção Geriátrica**
169 **e Gerontológica.** 9) **Associação para os Idosos de Foz do Iguaçu.** 10)
170 **Associação Nacional de Gerontologia do Paraná.** 11) **Província**
171 **Brasileira de Congregação das Irmãs Filhas de Caridade de São Vicente**
172 **de Paulo.** 12) **Associação Brasileira de Alzheimer e Doenças Similares –**
173 **Regional Paraná. Atualização sobre a realização das Conferências –**
174 **Conselheira Alzenir de Fátima B. Sizanoski Santos.** Comentários sobre a
175 Portaria nº 754, de 29 de dezembro de 2014, que dispõe sobre as diretrizes
176 para a organização e realização das Conferências Nacionais Conjuntas de
177 Direitos Humanos. O referido documento assinado pela **Ministra Ideli**
178 **Salvatti** formaliza a realização de Conferências nacionais conjuntas,
179 "considerando o objetivo de fortalecer a participação social de forma ampla
180 e diversa, de modo a interligar segmentos e políticas, resultando numa ação
181 conjunta de todos os públicos envolvidos com Direitos Humanos". Sabe-se
182 que são muitos os encaminhamentos a fazer, sendo difícil para os
183 Municípios conseguirem a almejada organização. Dessa forma, considerou-
184 se plausível constituir uma Comissão inter-conselhos composta pelos
185 segmentos Governamental e da Sociedade Civil. Dirigindo-se ao plenário, a
186 **Presidente Bernadete Dal Molin Schevatto** (SEED), sugeriu que se
187 mantivessem as entidades constantes da Comissão Organizadora, na
188 pessoa da **Conselheira Alzenir de Fátima B. Sizanoski Santos** (SEDS) e
189 de **Maria Inês Dias C. Pereira** (SINDAFEP), para constarem dessa
190 Comissão – **Acatado.** Da parte da **Conselheira Tomiko Kiyoku Falleiros**
191 veio a informação de que a APP está na Comissão e com a sua retirada,
192 permanecerá sua **Suplente Maria Adelaide Mazza** para a Comissão
193 Estadual. A **Conselheira Alzenir de Fátima B. Sizanoski Santos**
194 esclareceu a proposta de que a Assessoria Técnica poderá 1) encaminhar
195 uma Nota Técnica aos Municípios, replicando através dos Escritórios
196 Regionais da SEDS também para todos os Conselhos e Entidades. 2) –
197 Essa Comissão poderá também desempenhar o papel de uma ponte, em
198 contato constante com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, visando
199 agilizar as orientações. Investindo nas sugestões, a **Conselheira Dulce**
200 **Darolt** (SEJU) considerou importante inserir a observação: - que os
201 Delegados para a Nacional sejam diferenciados, ou seja, um pertencente a
202 cada Conselho. Segundo a **Conselheira Vice-Presidente Alzenir de**
203 **Fátima B. Sizanoski Santos**, SEDS, as Conferências Regionais
204 acontecerão em Assembleias, quando os Delegados já receberão material
205 sistematizado. Recentemente nomeado, o representante do **Conselho**
206 **Regional de Farmácia do Paraná, Conselheiro Rubens Bendlin** desejou a

209 todos uma gestão produtiva e disse estar trazendo uma reflexão. Não há
210 como olvidar o momento difícil pelo qual atravessa este país, com as
211 dificuldades explodindo em todos os rincões brasileiros. Questionou se não
212 seria oportuno adiar a Conferência, uma vez que não se tem a absoluta
213 garantia de recursos, para levar avante essa empreitada. Por outro lado, o
214 Paraná terá pela frente a organização de diversas Conferências, entre elas
215 a da Saúde. É claramente explicável que existe um Plano Estadual a ser
216 operacionalizado a curto, médio e longo prazo, fruto de muitas deliberações
217 nascidas de Conferências. Será que este momento é apropriado? O Estado
218 terá recursos assegurados? Quais são essas garantias? Nessa esteira, o
219 **Conselheiro José Araújo da Silva (Ação Social do Paraná)** apontou que
220 essa preocupação é legítima, porém a decisão de se realizar a Conferência
221 foi tomada há meses. No entanto, interromper agora seria um flagrante
222 retrocesso! Indubitavelmente, esse evento precisa dar luz ao idoso e abortá-
223 lo agora seria complicado. O Conselheiro mostrou-se preocupado com o
224 prazo, pois essa agenda seria para agosto. Considerou positivo o
225 encaminhamento da nota técnica, contendo a orientação de maior agilidade
226 na realização das Municipais. Quanto à determinação da Nacional de se
227 agrupar os eventos, é uma questão a ser definida pelo CEDI/PR.
228 Reforçando a questão, a **Vice-Presidente Alzenir de Fátima B. Sizanoski**
229 **Santos** apontou que na última plenária desse Conselho pensou-se numa
230 coleta de recursos para a Conferência, uma vez que não havia previsão no
231 orçamento. Vale lembrar que a última Conferência Nacional ocorreu em
232 2011 e tem-se com a pessoa idosa uma grande dívida neste país.
233 Referindo-se aos Municípios, considerou que os Municípios precisam estar
234 inseridos num processo organizado. Enquanto no Estado, não se tem ideia
235 de realizar evento conjunto, porém se chegar uma determinação nacional,
236 não se pode ficar na contramão. Enquanto o Assessor Técnico, **Leandro N.**
237 **Meller** (SEDS), ressaltou que na SEDS existem recursos para a realização
238 das Conferências. Em 2015, serão cinco grandes eventos – **Pessoa Idosa,**
239 **Criança e Adolescente, Assistência Social, Pessoa com Deficiência e**
240 **Mulher**. O que se pretendeu foi explicitar que o não fazer, priva ao Estado e
241 aos Municípios de trazerem novas propostas. Trata-se, pois, de um grande
242 prejuízo, inclusive para a Política da Pessoa Idosa. Na questão das
243 normativas, a nota será para orientar no contexto da prudência,
244 tranquilizando assim os Municípios, até as próximas informações da esfera
245 nacional. Deixou evidente que será possível contar com o total apoio dos
246 Escritórios Regionais da SEDS, assim como dos técnicos da sede. A
247 indicação de representantes de todos os Conselhos é fundamental para
248 fazer os encaminhamentos. Será solicitado à SEJU os representantes da
249 LGBT e Direitos Humanos. O Conselheiro **Gilson Gomy de Ribeiro** referiu-
250 se à elaboração dos relatórios da Comissão do Fundo, lembrando que tais
251 recursos deverão ser utilizados com parcimônia, em última alternativa para
252 cobrir despesas de Conferências. Numa decorrência direta, o **Conselheiro**
253 **Rubens Bendlin (Conselho Reg. De Farmácia)** demonstrou que há seis
254 meses defrontava-se com uma situação neste país porém hoje, já é outra!
255 Disse não saber se o Conselho tem a prerrogativa de utilizar o Fundo,
256 considerando primordial que o Estado assuma essa incumbência das
257 Conferências, com recursos do Tesouro. Critérios precisam ser discutidos e
258 com a maior brevidade. Levando em conta o exposto, a **Conselheira**

261 **Presidente Bernadete Dal Molin Schevatto** destacou que a última
262 Conferência Estadual foi realizada em 2011 e na presente gestão aprovou-
263 se a captação de recursos para a concretização da próxima. Até ai não se
264 falava em Fundo. É prioridade também que se discuta a elaboração de um
265 edital, para dirigir recursos para as entidades. No entanto, não se pode fugir
266 de uma Portaria publicada em dezembro de 2014. Lembrou ainda de um
267 momento na Conferência, no qual foi necessário proceder a leitura de
268 inúmeros documentos, uma vez que os Municípios agiram em desacordo
269 com as orientações da área nacional. A emissão da Nota Técnica aos
270 Municípios foi colocada em apreciação e considerada **aprovada por**
271 **unanimidade**. Acatando a sugestão do **Conselheiro Osmar de Araújo**
272 **Gomes** (SINDAFEP), definiu-se pela expedição de cópias aos Conselheiros.
273 Na sequência, a **técnica Elisângela Cordeiro**, do Setor Financeiro da
274 Secretaria de Estado da Justiça, apresentou um relatório analítico do Fundo
275 do Idoso, com um total de receita de **R\$4.392.061,58 em 31/12/2014**
276 (doação de pessoas físicas e jurídicas). Um outro assunto bastante debatido
277 foi o conteúdo da Lei nº 17.579, de 28/05/2013 que institui o **Sistema de**
278 **Gestão Integrada dos Recursos Financeiros do Estado – SIGERFI/PR**,
279 destinado a centralizar em conta bancária do Governo do Estado, as
280 disponibilidades financeiras dos órgãos de Administração Direta e das
281 entidades da Administração Indireta do Estado. Essa ideia, sob o ponto de
282 vista da gestão, já é praticada pelo Governo Federal desde 1990. Esse
283 instrumento é administrado pela Secretaria de Estado da Fazenda e todo e
284 qualquer saque necessário junto a esses recursos, deverá ser comunicado
285 com **48 horas** de antecedência. Ante todas essas colocações, a Conselheira
286 Presidente, **Bernadete Dal Molin Schenatto** mencionou que os recursos do
287 Fundo do Idoso encontram-se no SIGERFI em aplicação e em caso de
288 necessidade, poderão ser resgatados. O **Conselheiro José Araújo da Silva**
289 (Ação Social do Paraná) deixou patente toda a sua preocupação com essa
290 situação, uma vez que a Instrução Normativa da Receita Federal a respeito
291 do Fundo do Idoso, afirma que deverá ser uma conta específica e não
292 conjunta. Trata-se de uma circunstância bastante irregular e o Núcleo
293 Jurídico deverá proceder a um estudo a respeito e encaminhar para o
294 Conselho. Sabe-se que no ano passado, algumas adequações foram
295 realizadas, colocando o **FEAS** e o **FIA** de fora e em 31/12 todos os
296 montantes iriam para um Caixa único podendo ser utilizado para qualquer
297 demanda. Voltou a insistir que é necessário haver uma segurança jurídica
298 para essa questão, uma vez que se trata de um dinheiro não pertencente ao
299 Tesouro e que para lá vai. Fundamentado no que acabara de ouvir, o
300 **Conselheiro Suplente da AMAI, Elísio Eduardo Marques** alertou o
301 plenário que o CEDI/PR vivencia nessa data a última reunião da presente
302 gestão. A notícia trazida referente ao Fundo do Idoso é de que tais recursos
303 foram diluídos, e misturados a outros. Considerou que esse Colegiado não
304 poderá encerrar esta gestão sem se manifestar totalmente contrário a essa
305 medida. É de fundamental importância que se apresente um veemente
306 repúdio, mediante protesto judicial, que preserve direitos e previne
307 responsabilidades. Ante tantas considerações, a Coordenadora da Área
308 Financeira da SEDS, **Marcela Evangelista** compartilhou com o plenário os
309 seus conhecimentos, afirmando que a referida Lei foi devidamente aprovada
310 e as fontes do Tesouro ou Vinculadas inclusas no SIGERFI recebem um

313 rendimento maior. A Secretaria de Estado da Fazenda efetua a distribuição
314 dos recursos, existindo o controle da SEDS no que se refere ao repasse
315 para as entidades. Julgou oportuno esclarecer que a transferência de
316 recursos não significa que as quantias serão utilizadas pelo Governo, pois
317 nesse sistema estão inclusos diversos Fundos – Polícia, Tribunal, FIA,
318 FEAS e tantos outros. No caso, mesmo que a SEJU tenha previsto a
319 realização da Conferência fora do Fundo, a SEDS possui rubrica
320 orçamentária para bancar as três Conferências (CEAS-CEDCA-CEDI) e
321 agora com o acréscimo de mais duas: - Pessoa com Deficiência e mais a da
322 Mulher. Referindo-se à aplicação desses recursos, a **técnica Marcela**
323 **Evangelista** interpretou que não existem motivos para preocupações, uma
324 vez que é possível efetuar o resgate a qualquer momento. Finalizou
325 informando que a **Secretária Fernanda Richa** já iniciou os trâmites
326 necessários para isentar esses 3 Fundos (FIA-FEAS-FIPAR),
327 transformando-os em Fundos Especiais e removê-los do SIGERFI. Essa
328 tramitação não é rápida, (cerca de 60 dias) porém necessária e esses feitos
329 já estão sendo corrigidos. O **Conselheiro Elísio Eduardo Marques (AMAI)**
330 voltou à carga, interpretando que até o momento falou-se em questões
331 administrativas, sendo que a sua sugestão é referente a uma **medida**
332 **judicial**. Existe um prazo de 120 dias e não se pode correr o risco de
333 extrapolar. Repetiu ser fundamental que o Conselho delibere, protestando
334 judicialmente. Com o objetivo de contribuir, o **Conselheiro José Araújo da**
335 **Silva (Ação Social do Paraná)** considerou ser necessário dar um voto de
336 confiança para essa gestão, solicitando porém que urgentemente seja
337 retirado o **FIPAR** do caixa único do Tesouro. Aceitam-se assim os informes e
338 as providências serão aguardadas. O **Conselheiro Araújo** ainda reafirmou
339 não estar suficientemente esclarecido para uma tomada de posição. Abrindo
340 um espaço, o Assessor Técnico da SEDS, **Leandro Meller**, informou que no
341 final do ano esse assunto já fora discutido junto à Diretora Geral. Recebeu-
342 se um e-mail da SEFA, informando que não haveriam problemas, porém não
343 significa que não se tenham etapas a cumprir. É preciso haver clareza que
344 esse Colegiado é deliberativo. A SEJU apresentou o balanço de 2014,
345 dando conta que em 31/12, o Fundo do Idoso contava com cerca de quatro
346 milhões de reais. Mais uma vez, o **Conselheiro José Araújo da Silva**
347 **(Ação Social do Paraná)** apontou que as questões não estão resolvidas;
348 como aprovar um balanço, sem que se tenha em mãos informações
349 fidedignas. Fazendo um desfecho, a **Coordenadora do Financeiro,**
350 **Marcela Evangelista** lembrou que a **técnica Elisângela Cordeiro (SEJU)**
351 relatou sobre a transferência e a aplicação financeira do Fundo, que rendeu
352 até 31/12/14, cerca de R\$ 56.000,00. Por outro lado, a Assessoria Jurídica
353 da SEJU afirmou que havia obrigatoriedade em recolher o PASEP.
354 **Encaminhamento:** Solicitar uma consulta jurídica sobre a anulação e
355 possível ressarcimento do PASEP – **APROVADO**. Pediu a palavra o
356 **Conselheiro Osmar de Araújo Gomes (Representante do Sindicato dos**
357 **Audidores Fiscais da Receita Estadual – SINDAFEP)**, orientando que
358 esses números não mudam mais, assim não haveria razão para não se
359 aprovar esse resultado financeiro do Fundo. A partir de 2015, a conversa
360 seria outra. Por sua vez, o **Conselheiro Janary M. Bussmann (AMAI)**
361 destacou, que a sugestão colocada pelo **Conselheiro Elísio Eduardo**
362 **Marques** deveria ser considerada, visando salvaguardar os recursos do

365 Fundo ainda dentro do prazo. **Marcela Evangelista (SEDS)** retornou
366 pontuando que após a explanação do balancete nesta data, nada mais
367 poderia ser trazido pela SEJU, pois em março os número seriam os
368 mesmos. O plenário presenciou a manifestação de alguns Conselheiros,
369 opinando que se, a presente gestão, nesta data se encerrava,
370 consequentemente o balanço deveria ser aprovado. Outros consideravam
371 que essa gestão, para ser transparente, deveria acatar a sugestão do
372 **Conselheiro Elísio Eduardo Marques** (Medida judicial). No foco dessas
373 discussões, a Vice-Presidente do CEDI/PR, **Conselheira Alzenir de Fátima**
374 **B. Sizanoski Santos** ressaltou ser necessário aprovar o balancete,
375 deliberando por uma consulta jurídica referente à isenção do PASEP. Com
376 relação aos possíveis riscos, é possível deliberar para que a PGE proceda a
377 uma análise e devolva urgentemente ao CEDI. É o que caberia para essa
378 data. Mantendo a sua posição, o **Conselheiro José Araújo da Silva (Ação**
379 **Social do Paraná)** reforçou que, ao se incluir assuntos não postados na
380 pauta, necessita-se de encaminhamentos. O Conselho é permanente,
381 trocando-se apenas os Conselheiros, assim é possível aprovar o balancete
382 na próxima Assembleia. A **Conselheira Marli (SEDS)** considerou importante
383 a contribuição do **Conselheiro Osmar de Araújo Gomes (SINDAFEP)**
384 Assim, disse estar segura em votar pela aprovação. Avaliando a questão, o
385 **Conselheiro Osmar Araújo Gomes** apontou que os futuros Conselheiro não
386 aprovariam uma pendência da gestão anterior. Além disso, os recursos
387 continuam intactos e, em 2015, enfrenta-se outra situação. Representando o
388 **Conselho Regional de Farmácia, o Conselheiro Rubens Bendlin,** afirmou
389 ter se referido a duas situações – o balanço e a desvinculação da Lei. Em
390 momento algum, levantou-se a qualquer suspeição de que o recurso tinha
391 desaparecido. Bastante empenhada em buscar soluções, a **Presidente**
392 **Bernadete Dal Molin Schevatto (SEED)** colocou que não se está
393 aprovando nada além de números; concordou em dizer que os recursos
394 financeiros estão lá e que em 48 horas será possível resgatá-los. Disse
395 entender que o Conselho é uma sequência de ações, cuja continuidade não
396 é encerrada com as mudanças dos Conselheiros. Esse é um grupo de
397 pessoas que detém o mesmo peso nas deliberações. Baseando-se em
398 questões já enunciadas, o **Conselheiro Elísio Eduardo Marques** – (AMAI)
399 lembrou que se trata de uma questão administrativa com erros e que
400 precisará ser corrigida. **Em votação, aprovado o balancete do Fundo –**
401 **2014, com a ressalva de se proceder uma consulta jurídica á PGE**
402 **quanto á vinculação e a legalidade da cobrança da PASEP.** Com esse
403 desfecho, o **Conselheiro José Araújo da Silva (Ação Social do Paraná)**
404 considerou que o trabalho da **técnica Elisângela Cordeiro (SEJU)** deverá
405 ser devidamente respeitado porém, tendo em vista todas as colocações
406 postas, afirmou acatar a posição da maioria mas se **absteve** de votar. Vale
407 dizer que com essa decisão, mais três Conselheiros também se abstiveram
408 do voto: - **Coronel Janary Maranhão Bussmann (AMAI), Rubens Bendlin**
409 **(Conselho Reg. de Farmácia) e Tomiko Falleiros (APP).** **Votos**
410 **favoráveis – 8 votos. Abstenções – 4. APROVADO o balancete do Fundo**
411 **referente ao exercício de 2014. Apresentação do edital da FIPAR.** O
412 referido documento deverá ser encaminhado por e-mail para ciência e
413 leitura, devendo ser devolvido em 10 dias para ajustes e providências. O
414 Secretário Executivo do CEDI/P, **Thiago Soares,** esclareceu que adequou

417 esse edital ao Manual referente aos convênios da SEDS e que serão 2
418 instrumentos distintos a serem utilizados para os recursos do Fundo, um
419 para os recursos próprios, o qual será enviado por e-mail, e outro para o
420 banco de projetos, o qual ainda será elaborado. Exercendo a sua função, o
421 **Conselheiro Janary Maranhão Bussmann (AMAI), Coordenador da**
422 **Comissão** preparatória à eleição, informou que uma das entidades
423 postulantes não preencheu os requisitos exigidos. Conforme previsto no
424 Edital, deu-se prazo até o dia 20 para retificação dos documentos, porém
425 não houve manifestação por parte do interessado. Restaram, pois, 12
426 entidades para ocuparem as 12 vagas que comporão o CEDI/PR. A relação
427 dessas entidades deverá ser encaminhada para a Casa Civil, para a
428 consequente nomeação, após a eleição. Segundo o **Secretário Executivo**,
429 deverá ser mantida a Assembleia eletiva do **dia 4, às 13h30min**, com ata
430 específica e livro próprio. Dando uma atenção especial, o Assessor Técnico
431 da SEDS, **Leandro Meller**, informou que será levado à Assembleia Eletiva,
432 uma proposta de Regimento Interno, o qual será lido e apreciado pela
433 plenária. Se aprovado, poderá até ser dispensada a apresentação das
434 entidades. Vale dizer que esse Regimento deverá ser previamente acatado
435 pela Comissão Eleitoral. Alguns Conselheiros, ao mostrar interesse em
436 conhecer o histórico de cada entidade, foram comunicados que tal material
437 já se encontra no site. Será feita a publicação da listagem dessas entidades
438 até o próximo dia 27 e, já na sequência, a convocação para a Assembleia
439 Geral Eletiva em 04 de março de 2015. Envidando esforços para qualificar a
440 caminhada desse Colegiado, o Conselheiro Suplente da AMAI, **Elísio**
441 **Eduardo Marques** apontou um possível problema para o próximo mandato,
442 a exemplo de Secretarias de Estado já extintas, abalando assim o princípio
443 da paridade – assim são necessárias as providências para as devidas
444 alterações. Foi interpretado pela **Presidente Bernadete Dal Molin**
445 **Schevatto**, que o único documento não revisado pelo Conselho foi o
446 Regimento Interno, na verdade uma tarefa já delegada para a próxima
447 gestão. Diante do exposto, o **Conselheiro José Araújo da Silva** (Ação
448 Social do Paraná) veio a informar uma situação inusitada que ocorreu no
449 Conselho Nacional: ao ser realizada uma eleição para 14 cadeiras, uma
450 delas não se apresentou. Até a data de hoje o Colegiado possui 13
451 representações da Sociedade Civil, contra 14 Governamentais. Trata-se de
452 uma gestão de extrema gravidade que é vista com descaso pelo Governo
453 Federal. Comprometido, o **Conselheiro José Araújo da Silva** dirigiu uma
454 correspondência à Presidente cobrando providências. Essa vigilância
455 também deve ocorrer no CEDI/PR. Num momento de reavaliação, o
456 **Conselheiro Rubens Bendlin (Conselho Reg. de Farmácia)** compartilhou
457 com o plenário o fato de já ter sido Conselheiro por duas gestões, tendo
458 chegado à Vice-Presidência desse Colegiado. Concordeu ter sido um longo
459 período de aprendizagem, vivenciado em quase seis anos de benéfica
460 convivência. Se hoje o **Conselho Regional de Farmácia** aqui está
461 representado, é devido ao seu dedicado trabalho com idosos. Agradeceu
462 aos companheiros e apresentou as suas despedidas sob aplausos. Na
463 sequência, o **Conselheiro José Araújo da Silva**, referindo-se à
464 transferência do CEDI/PR para a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento
465 Social (SEDS), sugeriu que todos os Conselhos Municipais fossem
466 informados dessa mudança. Por outro lado, vários e-mails que chegaram à

469 SEJU dirigidos ao CEDI precisam ser respondidos. Segundo o **Secretário**
470 **Executivo Thiago Soares**, de posse da senha antiga, já foi solicitado o
471 encaminhamento automático dessas correspondências para a SEDS.
472 Complementando, a **Conselheira Presidente Bernadete Dal Molin**
473 **Schenatto (SEED)** esclareceu que toda a Política do Idoso terá a sua
474 necessária transferência, com toda a demanda técnica, inclusive muitos
475 documentos que ainda se encontram na SEJU. Informou ainda que o
476 Regimento Interno determina que as deliberações emanadas desse
477 Colegiado, deverão estar consubstanciadas numa Resolução. As conversas
478 transitaram até que os Conselheiros desejaram informações acerca do
479 **Disque Idoso**, um serviço do Conselho que é executado pela Secretaria de
480 Estado que hospeda o CEDI/PR. Respondendo, a técnica **Dulce Darolt** da
481 SEJU, apontou que nos últimos quatro anos esteve á frente dessa atividade,
482 podendo garantir que o público-alvo jamais deixará de ser atendido através
483 do **Disque Idoso**. A transição será feita com toda a tranquilidade e no
484 momento oportuno toda a documentação será transferida. Deixou um
485 agradecimento a todo o Conselho, sempre presente nessa caminhada desde
486 a SETP e mais tarde, com a criação do Centro de Referência do Idoso, os
487 servidores já estão a postos. Procurando nada deixar de lado, informou que
488 as Prefeituras também já foram comunicadas das mudanças. Com cerca de
489 140 denúncias ao mês, o Disque Idoso funcionará em outro local,
490 brevemente a ser confirmado. Na sequência, foi a vez da **Conselheira**
491 **Tomiko Kiyoku Falleiros** lembrar os 6 anos que a APP-Sindicato
492 permaneceu representada no CEDI/PR, com seus 30 mil aposentados.
493 Deixou um agradecimento pelo profícuo convívio, desde a época da SETP,
494 pontuando que não existe um Município paranaense que não possua um
495 professor. Compartilhou que para substituí-la no CEDI/PR, a **Conselheira**
496 **Maria Adelaide Mazza Correia**, doravante far-se-á presente. Mais uma vez,
497 o **Conselheiro Elísio Eduardo Marques (AMAI)** disse que a sua
498 intervenção objetiva manifestar à **Conselheira Tomiko Kiyoku Falleiros**, a
499 falta que fará a exemplo de outros nomes que já não mais integram o
500 CEDI/PR – Dr. Moacir Vizinoni, Benjamin Pegoraro e outros. Por sua vez, o
501 **Conselheiro Osmar de Araujo Gomes (Sindafep)** agradeceu aos colegas
502 que não mais comporão a Mesa Diretora, mas que continuarão firmes na
503 luta em prol da população idosa. Mais agradecimentos surgiram, a exemplo
504 da **Conselheira Carmem Lúcia (COHAPAR)**, afirmando que a partir dessa
505 aprendizagem a causa do idoso será a sua causa. De **Diones Monteiro,**
506 **representante da CEGEN**, de Cornélio Procópio, veio um perene
507 agradecimento em seu nome, bem como do Dr. João Batista Lima Filho, um
508 dos precursores das ações em benefício da população idosa, conhecido
509 além das fronteiras paranaenses. Vencida a pauta do dia, a **Conselheira**
510 **Presidente Bernadete Dal Molin Schenatto, (SEED)** procedeu ao
511 encerramento dessa Assembleia, com agradecimentos dirigidos a todos. A
512 presente Ata foi gravada e redigida por Regina Amasiles Rodrigues Costa,
513 servidora da SEDS, digitada por Monica Przyvitowski Bernardo, sendo o
514 Secretário Executivo, Thiago Soares (SEDS).